

O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense

The silencing of the public security debate in journalistic narratives on violence in the Amazon from Pará

El silenciamento del debate de seguridad pública en las narrativas periodísticas acerca de la violencia en la Amazonía del Pará


Kristopher-Jon Peter Samuel¹

Sérgio do Espírito Santo Ferreira Junior²

Alda Cristina Costa³

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre como as narrativas produzidas pelos programas televisivos de caráter policial na Amazônia paraense contribuem para a negação de um debate sobre violência urbana e segurança pública. As narrativas midiáticas passam a se concentrar no crime, na criminalidade e nos fatos violentos, estabelecendo um silenciamento sobre segurança pública como forma de compreender o problema social da violência, apontando para a consolidação de um industrialismo da violência, em que os meios de comunicação ignoram e institucionalizam a negação do debate. As narrativas são construídas por meio da reticência sobre as práticas de políticas públicas, da visibilidade e seletividade das instituições, da adesão irrestrita aos dados e informações institucionais, dentre outras práticas midiáticas que privilegiam a violência como ocorrência, mais do que como problemática social complexa. O *corpus* a ser analisado consiste em um recorte dos programas televisivos de duas emissoras paraenses: Rede Brasil Amazônia de Televisão e Record Belém.

Acesse este artigo online	
QR CODE:	Website: http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci
	DOI: http://dx.doi.org/10.5216/ci.v20i1.40240

Palavras-chave: Silenciamento. Segurança pública. Violência. Programas policiais. Amazônia paraense.

Abstract

This paper aims to reflect on how the narratives produced by television programs of a police character in the Amazon from Pará contribute to the denial of a debate on urban violence and public security. The

¹ Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) Brasil-Jamaica e integrante do projeto de pesquisa "Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia". Brasil, Pará, Belém. E-mail: kristopher.samuel@hotmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA) e integrante do projeto de pesquisa "Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia". Brasil, Pará, Belém. E-mail: esferreira.sergio@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), professora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) e coordenadora do projeto "Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia". Brasil, Pará, Belém. E-mail: aldacristinacosta@gmail.com

media narratives primarily focus on crime, criminality and violent events. This establishes silences as the understanding of public security as a social problem of violence, pointing to the consolidation of an industrialism of violence in the media, whilst ignoring and institutionalizing the denial of the debate. The narratives are constructed by reticence on public policy practices, visibility and selectivity of institutions, unrestricted adherence to data and institutional information, among other media practices that favor violence as occurrence, rather than as a complex social problem. The corpus that is analyzed is taken from two television programmes from local television stations: Rede Brasil Amazônia de Televisão e Record Belém.

Keywords: Silencing. Public security. Violence. Police programmes. Amazon from Pará

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo las narrativas producidas por los programas de televisión de carácter policial en la Amazonía del Pará contribuyen a la negación de un debate sobre la violencia urbana y la seguridad pública. Las narrativas de los medios comienzan a centrarse en la delincuencia, el crimen y hechos violentos, y en el establecimiento de un silenciamiento de la seguridad pública como una manera de entender el problema social de la violencia, que apunta a la consolidación de una industrialización de la violencia en los medios ignoran e institucionalizar la negación del debate. Los relatos se construyen mediante la reticencia de las prácticas de política pública, la visibilidad y la selectividad de las instituciones, la adhesión sin restricciones a los datos y la información institucional, entre otras prácticas de los medios que favorecen la violencia como algo que ocurre, más que como un problema social complejo. El corpus a analizar es una parte del programa de televisión de dos estaciones del estado brasileño Pará: Rede Brasil Amazônia de Televisão e Record Belém.

Palabras-clave: Silenciamiento. Seguridad pública. Violencia; Programas de policía. Amazonía del Pará.

1 INTRODUÇÃO

O tema da segurança pública e suas compreensões são apresentados de modo diário na Amazônia paraense, seja nas páginas dos jornais impressos seja nas telas da televisão. Na ordem política, o conceito de Segurança Pública foi estabelecido oficialmente na Constituição de 1988, depois da queda da Ditadura Militar. A partir do ano de 1988, com a Redemocratização do Brasil, o paradigma da segurança nacional foi substituído por um conceito da segurança pública que visa a um plano de políticas públicas necessário para conduzir uma agenda que assegure e proteja os direitos de cada indivíduo (ADORNO, 2002; PERALVA, 2000; OLIVEIRA NETO, 2005).

Houve, assim, a necessidade de uma transição do entendimento da segurança do ponto de vista da soberania nacional para o ponto de vista dos direitos humanos, conceito inovador e mais ou menos disseminado no contexto da América Latina democrática. A razão disso seria o fato de que, com o fim da Guerra Fria, dos regimes autoritários e a estabilização do cenário político internacional, o mundo não vivenciava mais uma época de guerras entre Estados, mas em uma época de insegurança causada por conflitos internos de cada Estado nacional. Essa

passagem assinalava as necessidades de um enfrentamento eficaz e adequado à criminalidade, à violência urbana e ao estado atual das polícias, em relação à qual se discutem reformas, como a desmilitarização.

Como questão pública, o problema da criminalidade deve então ser resolvido por meio de políticas de segurança pública pautadas “por metas claras e definidas, a serem alcançadas, por instrumentos de medidas confiáveis para avaliação desses objetivos e pelos meios disponíveis para sua realização de forma democrática” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 92). Assim, falam-se de políticas de segurança pública, que são um mecanismo posto em prática apenas recentemente, ao mesmo tempo em que essas questões têm tomado forma de debate e de experiência social das sociedades com regimes democráticos, de estratégia desses governos para garantir a minimização de conflitos dentro da sociedade, assim como uma forma institucional específica no enfrentamento dos fenômeno da violência e da criminalidade, também específicos e condicionados contextualmente.

Com esta mudança conceitual, esperava-se que a sociedade e as instituições democráticas se unissem para construir um debate contínuo a fim de sanar problemas eventuais e discutir estratégias para o funcionamento do sistema. Portanto, parte desse debate com discussões complexas e contribuições válidas pode e deve ser construído na esfera midiática, cuja influência e alcance na sociedade moderna são a plataforma de relevo para conduzir este esforço. Porém, mesmo que o tema esteja presente na vida dos cidadãos paraenses, diariamente, um debate efetivamente construído e difundido é negligenciado e silenciado pelo campo midiático na região, causando mais conflitos e cisões nas interações entre as instituições democráticas e a sociedade civil.

Tais construção e difusão são realizadas por meio das narrativas midiáticas televisivas sobre a temática da violência, que evidenciam tendências de esvaziamento e negação sobre segurança pública na Amazônia paraense. Tendências narrativas que expressam uma onipresença da violência em todos os programas, mesmo os de caráter não policial, como é o caso de telejornais matinais e revistas de variedade. É, no entanto, nos primeiros que a violência aparece de maneira mais escancarada, agressiva, brutal, em que a imagem da TV se pretende o registro objetivo e incontestado da realidade, em espetáculos televisivos.

Pretendemos destacar dois desses programas, mapeados pelo projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense”⁴, no ano de 2014, quais sejam:

⁴ O projeto de pesquisa “Mídia e Violência: as narrativas midiáticas na Amazônia Paraense” foi desenvolvido de 2012 a 2015, na Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal do Pará, em parceria com

Balanço Geral-PA, edição meio dia, exibido pela Record Belém; e *Metendo Bronca*, exibido pela Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBATV), ambos os programas ignoram e institucionalizam a negação como compreensão das políticas de segurança pública. Mais do que serem uma readaptação televisiva daqueles impressos do tipo “espreme que sai sangue”, esses programas projetam espetáculos midiáticos, delineando um modelo que assume um caráter de suposta utilidade pública, que é antes de denunciamento, em que as falas dos apresentadores, os textos e as imagens fazem parte de uma narrativa descontínua, com poucas informações, que são organizadas e reorganizadas pela ação performativa do apresentador, e nas quais o cotidiano e a violência são dramatizados, de modo que a televisão é palco de uma forte ‘teatralização’ da violência’. Olhar para essas narrativas requer um esforço analítico de pensá-las como construção com repercussões simbólicas, ou seja, não somente em um circuito de emissão e recepção, mas compreendendo as nuances complexas que se nos interpõe esse tipo de ação simbólica.

Neste artigo, abordamos o silenciamento do debate da segurança pública e por consequência sua negação nos programas televisivos de caráter policial. Entendemos esse silenciamento como um elemento narrativo, que resulta na difusão de representações sobre a violência, nos deslocamentos sobre políticas de segurança enquanto mecanismo de segurança pública; portanto, uma rotina narrativa que tem impactos na circulação de interpretações e experiências, que conduz, entre outras consequências, à ‘instituição’ de uma cultura do medo na sociedade, que se manifesta de modo complexo.

Em nossa perspectiva, esse deslocamento se opera pela desancoragem do debate sobre a segurança pública como campo organizacional ou como políticas e gestão públicas. As narrativas midiáticas fazem aderir à questão da violência a suposta necessidade da ação de um estado policial, pela difusão de mensagens simbólicas que apelam ao crime, à criminalidade e aos fatos violentos. Evidencia-se uma construção vazia de sentido, com a concentração em um não debate e um silenciamento sobre a segurança pública, apontando para a consolidação de um industrialismo da violência e de um fenômeno midiático localizado.

Assim, nossa análise se volta para compreender como as narrativas jornalísticas (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004; MOTTA, 2013) desses dois programas (re)constroem narrativamente os sentidos sobre a violência, difundindo-os no tecido social, condicionando

o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O projeto foi dividido em três etapas: na primeira, houve análise dos jornais impressos paraenses; na segunda, dos programas televisivos de linha editorial policial; e na terceira, das mídias sociais *Facebook* e *Twitter*.

experiências e fazendo circular representações (JODELET, 2001; PORTO, 2014), redundando em silenciamento, compreendido como atividade cônica e voluntária de silenciar sobre algo (ORLANDI, 2007), com repercussões em um intrincado ambiente midiático, em que política, economia e vida cotidiana têm sua conjuntura condicionada pela ação da mídia (HJARVARD, 2013; KAUN; FAST, 2014).

2 CONTEXTO PROBLEMÁTICO ENTRE FENÔMENO E REPRESENTAÇÃO

As narrativas midiáticas da Amazônia paraense apresentam a violência de maneira difusa, dramatizada e esvaziada (COSTA, 2011; FERREIRA JUNIOR, 2015), o que não nos impede, no entanto, de inferir sobre a complexidade da sua ação, sobretudo, como ação simbólica, em relação ao contexto problemático de que emerge. Desse modo, a violência que é dada a ver pelas narrativas não é estritamente da ordem da representação midiática, trata-se de um fenômeno estruturado social e historicamente. Ao analisar um conjunto de formas simbólicas construídas, entramos em contato com o que Thompson (1995) chama de “campo sujeito-objeto”, com a finalidade de realizar um esforço analítico de compreender e interpretar as formas simbólicas e as condições sociais e históricas específicas de sua produção, definidas no termo de situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social, meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão, capazes de expor as tensões e os conflitos nesse campo.

Falamos, assim, de uma violência que se manifesta em um campo-sujeito-objeto, em que formas simbólicas e fenômenos são condicionados e devem ser compreendidos de maneira integrada. O que nos leva a considerar o fenômeno violência urbana no Brasil, que é parte da vida social do contexto democrático, que assistiu ao crescimento da violência e de criminalidade, em um processo paradoxal. Não tão simples de compreender. Antes é difuso nas suas causas e explicações. Portanto, acionam-se vários campos de conhecimento como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação, Filosofia, entre outros, para entender o que é a violência. De acordo com Adorno (2002) e Peralva (2000), as contradições no desenvolvimento dos centros urbanos e as desigualdades sociais consolidadas no país perpassam um processo de precarização dos modos de vida, dos espaços urbanos e a emergência de situações conflituosas, acompanhado pelo crescimento da violência urbana, sobretudo a partir da década de 1980.

Essa tendência, entretanto, não é uma causalidade excludente e única da violência. Em seu estudo sobre a estruturação do quadro da violência durante a Democratização do país,

Peralva (2000) define esse contexto como marcado por uma continuidade autoritária, em que ainda havia governantes da Ditadura, em um período no qual as unidades da Federação já possuíam governadores escolhidos pelo voto popular; contradição que gerou entraves no avanço de uma política eficaz de segurança interna. Houve também um processo de desorganização das instituições responsáveis pela ordem pública, marcadamente as polícias, que mantiveram a prevalência do caráter fortemente repressivo, sem haver pressões significativas por reformas. Outros aspectos são a pobreza, como potencial geradora de relações conflitivas, como revolta ou engajamento de alguns indivíduos na experiência do crime, além do impacto da mudança social, a partir da inserção dos indivíduos jovens na sociedade de consumo, do individualismo de massa, das relações de poder e risco ambivalentes entre jovens e crime.

Adorno (2002) aponta que os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade permaneceram os mesmos há cerca de quatro décadas, e que isso intensificou os conflitos sociais. Com isso, a violência urbana espalha-se pelo tecido social difusamente, pois ele “vem conhecendo o crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas” (ADORNO, 2002, p. 87-88).

Ao estudar a relação entre mídia e violência, buscamos refletir sobre a cobertura e as narrativas midiáticas construídas, não com a finalidade de ignorar o fenômeno e descontextualizar o processo analítico, antes o fazemos para focalizar as relações simbólicas que essas narrativas estabelecem com a realidade social. Nesse sentido, ao falar da violência, cumpre levarmos em consideração uma série de concepções partilhadas pelos sujeitos, sobre as quais o conceito de representações sociais contribui para entendermos esse quadro de relações simbólicas. Representações sociais, de acordo com Jodelet (2001), são definidas justamente nos termos de uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, que circula com fins práticos, que orienta e organiza condutas face a um objeto social. Essas representações circulam em discursos, imagens e narrativas midiáticas. Assim, como a narrativa, as representações são construídas com fins de organizar a realidade, de explicá-la e de fazer com que os indivíduos se situem no mundo e nos seus fenômenos.

De acordo com Michaud (1989), a ação da mídia na difusão de imagens e mensagens simbólicas sobre violência altera profundamente as relações que os indivíduos em sociedade estabelecem com o fenômeno. A repetição à exaustão e a exposição espetacular de violências

sangrentas causariam, segundo o autor, além da banalização da violência, uma espécie de “experiência anestesiada” relativamente a ela: um processo que em que a experiência imediata com a violência já é tanto menos importante quanto mais a experiência mediada, pois “não são tanto as violências efetivas que contam, mas sim o que delas ficamos sabendo e imaginamos. [...] O que conta não é a realidade vivida, mas o que ficamos sabendo o que a mídia deixa ver.” (MICHAUD, 1989, p. 49-50).

Ao olharmos para os programas em análise, percebemos esse tipo de ação simbólica. No programa *Balanço Geral-PA*, há matérias jornalísticas sobre crimes, com centralidade na violência, completadas por comentários superficiais do apresentador, que se institui com uma presença autoritária. Há também aspectos de entretenimento, com quadros de piadas e vídeos mais acessados da internet, brincadeiras entre os funcionários e o apresentador, notícias de esporte, notícias das celebridades, notícias de Belém e dos municípios do estado do Pará, em uma mistura de entretenimento e informação. Por sua vez, o *Metendo Bronca* é um programa cujas matérias todas são sobre crimes e criminalidade, apresentando ocorrências violentas como homicídios, prisões devido a assaltos e a tráfico de drogas, bem como apreensão de entorpecentes, em que há a mescla elementos de humor, informações superficiais e imagens violentas, em um modelo que reitera a violência como um problema público, cujo combate cabe unicamente à polícia, que é exaltada, e no qual as ideias da segurança e do papel do Estado aparecem de maneira confusa, por vezes deturpada.

Esses programas difundem representações sociais, que inscritas nas narrativas midiáticas e na conformação dos acontecimentos, fazem circular uma experiência social específica, porém difusa, em que a interpretação generalizada e mais ou menos inexata dos fenômenos instaura-se como modo de compreensão da realidade social. Um processo em que essas representações sociais aderem a uma rotina narrativa de produção de mensagens simbólicas sobre a violência, que tem um potencial de interferir na realidade de práticas, de crenças e mesmo ideologias, como pontua Porto (2014), à medida que as relações entre subjetividade e objetividade, compreendendo a relevância social desse caráter subjetivo, se tornam categoria analítica para pensarmos o fenômeno da violência, aquém e além das narrativas.

3 SILÊNCIO, SILENCIAMENTO E NEGAÇÃO NAS NARRATIVAS POLICIAIS A

Cumprido, neste ponto, compreendermos a distinção entre o silêncio e o silenciamento de algo (ORLANDI, 2007). O silêncio é o oposto da expressão. Em relação à linguagem, considera-se

o silêncio como fundador na troca de enunciados no processo comunicacional. No entanto, faz-se importante compreender que o silêncio, além de ser imprescindível neste processo, é parte da necessidade de o ser humano expressar-se e se comunicar com o outro. Essa necessidade faz dele um animal do expressar-se, individual ou coletivamente, com a esperança de que ele seja compreendido e receba uma outra expressão em contrapartida. Neste processo comunicacional, não podemos esquecer que o silêncio não se perde, mas perpassa as palavras, esperando por sua vez de surgir com seu próprio sentido e significação. Este poder do silêncio pode consumir ou fazer calar a nós mesmos ou o outro (ORLANDI, 2007).

[...] o fato de que a relação silêncio/linguagem é complexa, sem deixar de sublinhar ainda uma vez que, no entanto, em nossa reflexão o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa aqui ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto.... Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos (ORLANDI, 2007, p. 23).

O silenciamento, ao contrário do silêncio, é um ato consciente e, o mais importante, ato político do interlocutor que escolhe ocultar e silenciar, com o propósito de influenciar o processo comunicacional. Para entender o conceito do silenciamento, é preciso entender a sua dimensão política. Essa dimensão está presente na escolha de incluir, tirar, parafrasear, ou manipular a linguagem (ORLANDI, 2007, p. 29).

É mesmo Orlandi (2013) que ressalta essas possibilidades ao nos alertar sobre a não transparência da linguagem, que se manifesta na intersecção entre político e simbólico em uma dimensão discursiva. Tal ênfase, portanto, desloca a relação entre linguagem e mundo de uma univocidade, destacando como esses sentidos têm uma origem social e como se ligam com a vida simbólica dos sujeitos inseridos em uma relação comunicativa. Dessa forma, assinala que “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (ORLANDI, 2013, p. 21), justamente porque a comunicação envolve processos de construção social da realidade e de subjetivação dentro e a partir dos efeitos de sentidos.

Justamente por isso, destaca o silenciamento como inserido nessa dinâmica, de gerar distorções e produzir opacidade, porque o discurso, não sendo transparente, comporta tais ‘manipulações’. O silenciamento, em vez de apagamento, é uma ação simbólica de produção de um efeito de sentido a partir de elementos a cujos aspectos subjaz uma negação que projeta um outro sentido tanto representacional quanto discursivo. Essa construção entre silêncio e silenciamento, portanto, é o que observamos nos programas televisivos de caráter policial, que

silenciam o debate sobre segurança pública, marcadamente, sobre o caráter de políticas públicas, mostrando o quanto essa violência permeia e se espalha no cotidiano da cidade e na vida do cidadão. A concentração de certos elementos faz com que o debate seja, por vezes, ignorado, repetindo discursos vazios em conteúdo, mas fortes em intencionalidade, privilegiando alguns elementos nas narrativas.

Acreditamos que o discurso jornalístico se mostra permeado de sentidos que podem ser observados e interpretados tanto pela evidência quanto pelo que insinua, sugere ou oculta. As notícias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação não trazem à audiência apenas informação, mas atualizam a realidade social. Renovam e experimentam diária e cotidianamente a percepção do mundo, do espaço de convívio e de ação, o canônico e as transgressões (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 33).

Na construção do imaginário da cidade violenta, em que a violência urbana é onipresente e representa, em nossa perspectiva, um *continuum* infinito de violência, de mortes violentas, percebemos o silenciamento do debate sobre segurança pública a partir da concentração de elementos específicos na narrativa midiática como: o acusado do crime algemado; o uso do policial como fonte primária e em maior destaque na narrativa; o lugar do crime, predominante a periferia; e a morte violenta. A narrativa policial exibida na mídia televisiva passa a gravitar entre o “mundo do espetáculo” e “espetacularização do mundo”, atenuando ou até eliminando as fronteiras entre os gêneros “jornalismo”, “entretenimento” e “publicidade”, e, por consequência, consolidando uma rotina de narrativas em um debate silenciado e silenciador. (COSTA, 2011, p. 180).

Nesse processo, é importante ressaltar que a mídia não pode ser vista apenas como veículos de comunicação, mas sim como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece, os espaços de construção de valores, ainda que sejam valores grupais. Tais espaços são, ao mesmo tempo de negociação e de debates, já que os valores, longe de serem expressão de sentido dada apenas pelo produtor ou pelo receptor, são os que exprimem o processo mesmo no qual eles ocorrem. Por isso, qualquer que seja a forma através da qual se manifeste, “a violência quase sempre recorre ao simbólico para se expressar (e, por sua vez, pode ser por ele engendrada)” (MENDONÇA, 2013, p. 187). De modo que, como afirma Mendonça (2013), as formas através das quais a violência se manifesta vão desde a dimensão simbólica embalada pela espetacularização dos acontecimentos políticos e sociais, até a violência física; vão da humilhação e imputação de sofrimento psíquico até a morte, da requintada indiferença em relação ao Outro até a mortificação do eu promovida pelas instituições.

A mídia funciona como instituição responsável pela criação de símbolos, que alimentam o imaginário social, representa verdadeiras comunidades de imaginação ou comunidades de sentido (BACZKO, 1984), no interior das quais os indivíduos internalizam referências simbólicas que lhes dão os meios inteligíveis para seus intercâmbios com as instituições e estas, por sua vez, são legítimas por significações que encarnam sentidos reconhecidos pelas comunidades (CASTORIADIS, 1982). O imaginário, assim, utiliza o simbólico, não somente para exprimir-se, o que é óbvio, mas para "existir", para passar do virtual a qualquer coisa mais. O simbólico comporta, quase sempre um componente "racional-real": o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou para agir. É no imaginário que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegoria, rituais e mitos. Com essas textualizações, constroem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças.

Essa construção do imaginário está incorporada aos programas de narrativas de violência ou policiais, cujo foco principal é a veiculação de matérias jornalísticas, em que os repórteres fazem uma 'ronda' nas principais Seccionais Urbanas de policiamento na cidade de Belém. Essas matérias relatam os fatos no âmbito da violência diária, que depois são reconstruídos e reconfigurados pelo apresentador. Nesta reconfiguração e reconstrução, é claro o silenciamento do debate da segurança pública, porque o elemento mais importante na narrativa midiática televisiva é a evidenciação das ações da polícia como 'salvadoras', decisivas e únicas no combate da violência urbana, e a opressão ou criminalização do acusado, que é aquele que quebra as regras da 'sociedade do bem' e vira um elemento a ser afastado dos outros cidadãos. O mais importante é que esse 'indivíduo', denominado pelos apresentadores dos programas, deve ser castigado brutalmente por suas transgressões. Essas narrativas têm pouco aprofundamento e são cheias de repetições superficiais e do senso comum, com interpretações pejorativas e preconceituosas. Essa lógica, oriunda da cobertura da mídia impressa, mas que vai além dela, possui interface com a televisiva na medida em que apresenta uma

[...] abordagem 'banalizadora' dos crimes ocorridos em Belém e no resto do estado. Incentiva a ação da polícia como meio de resolver o problema da violência, ridiculariza os acusados, usa de linguagem supostamente popular para atrair atenção e, o mais explícito de todos os aspectos, não se furta de utilizar a morte para vender e para evidenciar a violência, tendo como recurso principal narrativas de crime ou narrativas policiais, acompanhadas de fotografias de cadáveres (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 56-57).

Nesse sentido, as narrativas dos apresentadores são falas de silenciamento voluntário de debate, obedecendo à linha editorial do veículo que eles representam, ora como uma arma política para ser lançada aos adversário e grupos políticos, no caso do *Metendo Bronca* e da RBA, ora como uma pratica alienatória que busca audiência por razões mercadológicas e econômicas, quando se classifica como um programa popular que se vincula às pessoas de baixa renda, que predominantemente moram na periferia, como o programa *Balanço Geral* da Record. Indagamo-nos, assim, se essas pessoas projetadas como público dos programas, denominadas como sendo de baixa renda pelo caráter socioeconômico, também se ressentem de sua inserção e participação na vida midiática do país. No entanto, de forma perversa, a violência é usada para inserir essas pessoas em uma realidade que deveria ser pertinente e exibida como problemática, fazendo-o de forma extravagante e surreal.

O que se constata é que, de norte a sul, as emissoras brasileiras têm adotado um modelo de programa que privilegia a violência como estratégia de sedução do público, assim como a reprodução de imagens que reforçam a exposição do crime e do sangue. As matérias quase sempre são embaladas por contextos de espetáculo e de sensacionalismo, descaracterizando a seriedade do problema ou desprezando o respeito à dignidade humana dos envolvidos ou daqueles que assistem diariamente a esses programas em busca de informação, que, supostamente, eles veiculam (COSTA, 2011, p. 179).

Nas análises realizadas dos dois programas televisivos paraenses, olhamos para essas narrativas no que dão a ver e no que silenciam também pelas teorias do jornalismo, para investigar como o modo de construir o imaginário violento na cidade enfatiza o silenciamento do debate do segurança pública. Percebemos que os filtros de seleção e as construções dos fatos nos programas televisivos são baseados numa percepção particular sobre a representação dos acontecimentos. Com a teoria do *gatekeeping*, que regulamenta a veiculação de notícias para o público, constatamos que o silenciamento do debate da segurança pública passa a ser um dos filtros de seleção, ou seja, as notícias veiculadas, a maneira como elas são problematizadas e também os enfoques dados na sua edição.

O *gatekeeping* na concepção de Shoemaker e Vos (2011), constitui-se como um processo de “seleção e transformação de vários pequenos pedaços de informação na qualidade limitada de mensagens que chegam às pessoas diariamente, além de ser o papel central da mídia na vida pública moderna” (2011, p. 13). A seleção dos acontecimentos de violência reflete uma posição política do veículo e de a sua linha editorial.

No programa *Balanço Geral*, o debate da segurança pública não é efetivamente problematizado devido ao seu delineamento a partir das narrativas midiáticas na face de suas

matérias. Ou seja, quando as narrativas de violência são associadas a piadas e notícias sobre celebridades, há também um bombardeio de venda de produtos. Observamos que as matérias de violência são efetivamente relegadas à categoria da banalidade quando ela passa a ser algo corriqueiro e comum na vida do cidadão paraense.

Na edição de 28 de abril de 2014, o programa noticiou o fato de policiais militares terem sido assaltados. A Polícia Militar é justamente a polícia de caráter ostensivo a que essas narrativas conferem o caráter de protagonismo em um suposto enfrentamento à violência, que, no entanto, manifesta-se pela manutenção de imagens e estigmas sobre as regiões periféricas, que, sendo perigosas, requerem a ação brutal e enfática desses agentes. As imagens dos acusados são exibidas, ao mesmo tempo em que há efeitos sonoros de algo como um burro, para demarcar e ridicularizá-los. Os comentários do apresentador, René Marcelo, que seguem a notícia são:

Jogaram e ganharam na Mega-Sena do crime. Assaltaram um carro com três policiais dentro. Olha o veículo que eles tentaram meter o bicho! Aí a cara do chupeta, aí! Olha aí, bobão! Nós pagamos impostos para o governo dar oportunidade para essa molecada, mas infelizmente se existe corrupção no país e os caras se debandam aí para criminalidade, a culpa é dos políticos corruptos que metem a mão no dinheiro do povo e não transforma em oportunidade para os menores.⁵

Ainda nessa mesma edição, outra narrativa é sobre um homicídio que apresenta marcas de violência de gênero, em que as fontes da matéria são a Polícia Militar e a Perícia Criminal. A narrativa fala sobre as circunstâncias do crime e possíveis motivações, a partir das informações fornecidas pela polícia, e mostra os lugares onde ocorreu o crime e a ação policial. O apresentador comenta o seguinte:

Que coisa impressionante, né? Todo mundo que estava no bar deu linha na pipa. A maldita lei do silêncio imperando! O cara que acha que mulher é propriedade dele é um imbecil. Você é um idiota! O bicho é feio que dói! Homem é coisa mais feia do mundo, deus me livre! Mulher sim é bonita, serena. Não gosto de homem, não.⁶

Na primeira construção, há mobilização difusa de uma culpabilidade ou falha institucional, que seria responsável pela ocorrência da violência, que atinge à população e, segundo os sentidos ali postos, absurdamente aos policiais; há a evocação de temas que caberiam em uma problematização sobre segurança pública e políticas de segurança, que no

⁵ POLICIAIS SÃO VÍTIMAS DE ASSALTO. **Balanço Geral PA**. Belém: Record Belém, 28 abr. 2014. Programa de TV.

⁶ MULHER É EXECUTADA DENTRO DE BAR. **Balanço Geral PA**. Belém: Record Belém, 28 abr. 2014. Programa de TV.

entanto, redundando em uma crítica vazia sobre corrupção, nos termos de uma representação de senso comum. Na segunda, há ainda mais deslocamentos, e conduz-se a atenção do público às avaliações e interpretações sobre elementos nada informam e mesmo têm pouco a ver com os acontecimentos a que se referem.

No caso do *Metendo Bronca*, ocorrências similares. Esse programa se estrutura em apresentação e comentários, feitos por Joaquim Campos, intercalados por matérias jornalísticas curtas. As matérias compreendem imagens das ocorrências violentas ou as elas relacionadas, como do local do crime, de delegacias, dos acusados, das vítimas, entre outras, e também textos sobre o ocorrido, narrando as imagens e a elas conferindo o sentido. Ao apresentador cabe o fornecimento da interpretação àquelas imagens e àqueles acontecimentos. Esse ponto, em específico, merece atenção à medida que é o apresentador que faz parte da formação da identidade do programa e que estabelece ‘laços’ com o público. Um programa cujas narrativas oscilam entre o chulo e irônico. Consideremos os seguintes comentários do apresentador, Joaquim Campos:

Como pode? Um mototaxista de joelhos, implorando a Deus para não ser executado. Não teve piedade, não teve perdão do tráfico. Ficou ajoelhado e foi executado para pagar dívida de drogas. Olha só o que o cara fez. Tá certo que ele já pegou o expresso para o inferno, já tava no bico do urubu cadeeiro. Tinha mais entrada na cadeia do que em escola, em igreja. O cara era da ‘banda-voou’ desde a menor idade. Assaltante, traficante. E a polícia faz esse retrato dele: clínico geral, ou seja, tudo o que não presta no mundo do crime o cara praticou. Já está no inferno, só falta abraçar Satanás.⁷

Logo onde! Passagem do arame. Pretinhos de alma sebossa. Tinham grande atividade no mundo do crime e resolveram fazer e acontecer. Com a polícia não tem vez. E aí vem a polícia e pá, e pá, e pá! Bandido bom é bandido morto!⁸

A primeira dessas narrativas de violência consiste um caso de homicídio decorrente de “acerto de contas” entre os identificados como bandidos e o tráfico. Trata-se de uma construção predominante também na mídia impressa (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014; FERREIRA JUNIOR, 2015). São da ordem de uma narrativa de quitação, em que são descritas as circunstâncias da ocorrência, ancorada no espaço periférico da cidade, cuja ação é perpetrada por indivíduos dessas regiões, identificadas como nascedouro da violência urbana. Algo que

⁷ TRÁFICO MATA EM BENEVIDES. *Metendo Bronca*. Belém: RBATV, 28 abr. 2014. Programa de TV.

⁸ DOIS MORTOS EM CONFRONTO COM A ROTAM. *Metendo Bronca*. Belém: RBATV, 28 abr. 2014. Programa de TV.

nos é possível inferir a partir de lógicas narrativas já detectadas na ação da imprensa, que apresenta

A vitimização por homicídios como resultado de um desvio (moral, legal) que induz esses indivíduos a condutas criminosas. Indivíduos desalinhados, resistentes à ordem da normalidade, da produtividade, mas, sobretudo, das regiões periféricas, tornam-se marginais e passam a viver nas teias dessas sociabilidades violentas que, de acordo com a representação, são totalizantes na ingerência desses espaços. Esse aspecto nos leva a outro, ao dessa vitimização normalizada, em que os indivíduos que são apresentados pela narrativa midiática tornam-se os tipos sociais tomados de modo estereotípico como aqueles potencialmente e efetivamente ‘marcados para morrer’ (FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 226).

Quadro que nos permite compreender a ligação entre os dois trechos acima destacados, representativos desse processo de estigmatização, que se opera duplamente no reforço da imagem periférica como lugar de violência e na ancoragem de uma subjetividade ou sociabilidade violenta, capaz de definir o estar no mundo dos indivíduos provindos desses espaços. Aos muitos “pretinhos de alma sebosa” a que as narrativas estabelecem como irrevogáveis dissidentes e desviantes, a eles cabem apenas narrativas desumanizadoras, que lhes comemoram a morte e que retroalimentam as representações sociais do “bandido bom é bandido morto”, ao mesmo tempo que reforçam que a ação armada, ostensiva da polícia é o reduto único de combate à violência e estabelecimento de uma ordem pública.

4 NARRATIVAS ORGANIZADORAS DA EXPERIÊNCIA SOCIAL

Em nossa perspectiva, essas narrativas se introduzem no cotidiano e não têm repercussões desprezíveis. Sentidos sobre a realidade cotidiana advêm daí, à medida que as narrativas estão impregnadas de subjetividade e conteúdos simbólicos. Berger e Luckmann (2011), falam-nos de uma realidade que se forja a partir de múltiplas realidades, sobre a qual a realidade da vida cotidiana é dominante, e em que a linguagem tem um papel de objetivar a nossa realidade, em estabelecer experiência em relação a ela. Para Goffman (2012), a experiência social e a realidade cotidiana se organizam pela maneira como os indivíduos se relacionam com e definem os acontecimentos, como agem diante deles, sendo um fenômeno marcadamente sociocultural.

Novamente, essa ligação entre linguagem e realidade, para Orlandi (2013), é relevante à medida que pensá-las de forma inter-relacionada incorre na convergência entre objetivo e subjetivo, em uma postura mais profícua do que a sua simples oposição, já que objetos simbólicos são também “atos do domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2013, p. 26). Na esteira dessas múltiplas relações, a prevalência de ligações com

dizeres já efetuados constitui um domínio de condições que favorece a opacidade dos discursos. Se levarmos em conta essa perspectiva, vemos que essa força que convencionou e institucionaliza os sentidos emerge das “imagens que resultam de projeções” capazes de esfumar aquilo que é o real social e histórico (ORLANDI, 2013, p. 40).

Essa dimensão da linguagem deve ser considerada quando pensamos as narrativas, pois assinala uma passagem à compreensão do projeto discursivo, que Motta (2013) apresenta como envolvido na reconstrução da realidade, já que o problema da comunicação narrativa, enquanto processo comunicacional, requer que olhemos para a performance dos sujeitos da narrativa. As narrativas jornalísticas, portanto, assim como nos diz Orlandi (2013), apresentam e representam a complexidade das relações sociais, inseridas em um processo de negociação político e simbólico e na diária disputa por verdades e sua construção, expressos na identificação do projeto narrativo e dos fluxos/exercícios de poder.

Ao compreender como essas narrativas sobre violência apresentam interpretações do fenômeno da violência urbana na Amazônia paraense, pensamos essa organização da experiência pelo narrador, que o faz pelas suas narrativas. Consideramos assim, o apresentador como narrador e sua ação performativa como narração. Nessa conjuntura, tal ação produz um ‘grito silenciador’, que silencia de fato o debate da segurança pública e o reduz ao mero relato de ocorrências da cidade de Belém e sua região metropolitana, deslocando-a de uma visibilização como uma problemática social complexa.

Na tentativa de resumir as formas possíveis de construção das personagens, nos defrontamos com o papel desempenhado pelo narrador no contexto do universo textual, pois cabe a essa categoria a função de conduzir o leitor através de uma realidade que se vai construindo à sua frente. [...] a outra questão importante para a análise da narrativa jornalística, o ponto de vista do narrador, que ao longo da sequência narrativa se mantém a uma certa distância, mas em outros momentos da narrativa constrói laços de afetividade que o aproximam ao leitor (MOTTA; COSTA; LIMA, 2004, p. 44).

Os apresentadores dos programas televisivos de caráter policial ou de “caráter popular” se proclamam como defensores da “sociedade de bem” e do “cidadão de bem”, portanto, contra a violência urbana, inserindo-se e se configurando como elemento central, uma vez que constitui e reconstitui os fatos narrados em um espetáculo-melodramatizado (SAMUEL; COSTA, 2015). Porém, contrariamente à análise de Motta, Costa e Lima (2004), o narrador, que em nosso caso é o apresentador do programa, não “se mantém a uma certa distância”, mas o tempo todo se infiltra na narrativa, disseminando seus pensamentos e os do veículo de comunicação que representa. Essa mudança de paradigma constrói um cenário em que esses

programas televisivos mostram que são próximos do cidadão comum, mantendo o veículo e o apresentador “presentes” na vida do telespectador e relevante para a sua audiência (SAMUEL; COSTA, 2015).

Portanto, esse apresentador assume outras funções na interpretação da realidade, ativamente agindo em sua reconfiguração e reconstituição narrativa, efetivamente silenciando o debate em vez de mediar a narrativa, pois que

O narrador ao fazer uso da comunicação narrativa, utiliza estratégica e astuciosamente os recursos da linguagem, para construir um discurso argumentativo na relação com seu interlocutor. Ou seja, parto do pressuposto de que a narrativa é utilizada para atrair, seduzir, persuadir, convencer, obter resultados, efeitos de sentido, satisfazer a um desejo e a um projeto discursivo do narrador (MOTTA, 2013, p. 147).

Os apresentadores, ao realizarem determinados movimentos de foco e recorte na narrativa policial, silenciam as problemáticas relativas à segurança pública por meio da reticência sobre as práticas de políticas públicas, da visibilidade seletividade aos órgãos de segurança pública (Secretaria de Estado de Segurança Pública, Superintendência do Sistema Prisional, as próprias Polícia Civil e Polícia Militar), oscila entre a adesão irrestrita e a completa negação dos dados e informações institucionais desses órgãos, dentre outras práticas midiáticas questionáveis.

O programa do *Balanço Geral PA*, apresentado pelo jornalista René Marcelo, trata a violência como popularesca e espetacular, com ênfase na onipresença do crime e do ato violento (SAMUEL; COSTA, 2015). Ele usa jargões e expressões próprias que são repercutidas nos bairros periféricos, virando expressões populares entre seus habitantes. Ele também reafirma e dissemina seus pensamentos ao longo do programa, como “o Brasil hoje valoriza muito mais a criminalidade com essas leis do que a cidadão de bem”⁹, além de incentivar o ódio contra os ‘criminosos’ denominando-os como “burros” e que “tocam terror geral”¹⁰.

No caso do *Metendo Bronca*, a postura do apresentador-narrador Joaquim Campos é a de um indivíduo cujas opiniões apresentam-se como credíveis, pois ele próprio se apresenta como defensor ou denunciante da violência, que atingiria esse público a quem o programa é direcionado. A natureza do comentário é de agressividade e intolerância em relação aos acusados, que são identificados como agentes da violência e sua origem bem definida, havendo

⁹ POLÍCIA APRESENTA ACUSADO DE HOMICÍDIO. *Balanço Geral PA*. Belém: Record Belém, 17 mar. 2014. Programa de TV.

¹⁰ HOMEM É EXECUTADO A TIROS DENTRO DE BAR. *Balanço Geral PA*. Belém: Record Belém, 17 mar. 2014. Programa de TV.

assim um movimento de personalização da violência, que passa a ser ligada a determinados indivíduos. A agressividade desses comentários manifesta-se também na maneira chula como o apresentador se refere aos envolvidos, além do uso de humor e ironia, tais como “‘Remelexo’? Só pelo nome dele... Vida louca, 28 anos, natural do estado do Tocantins. Que é que tava fazendo pra cá? Provavelmente seria mais um ‘acerto de contas’”¹¹ ou mesmo “A PM tinha que pelo menos dar uma peia nesses canalhas, que atrapalham a vida de quem quer fazer alguma coisa. Esses merdas não prestam para nada”¹². Comenta, então, a violência, seus agentes e pacientes, distanciando o olhar sobre essas ocorrências violentas de qualquer seriedade, com seu grito silenciador.

5 AS REPERCUSSÕES SIMBÓLICAS E ALÉM

Ao potencializar e organizar a percepção dos indivíduos por meio das narrativas construídas sobre violência, os programas e, por consequência, os apresentadores, constroem sentidos e posturas sobre a violência que circulam na vida social, silenciando o debate sobre a segurança pública, uma vez que a violência passa a ser entendida no campo policial. Isso se dá principalmente pela consolidação de um industrialismo da violência, em que os meios de comunicação ignoram e institucionalizam a negação da dimensão política de segurança pública como debate. Mas também pelo próprio caráter contemporâneo de interferência e influência da mídia no Brasil.

Falamos, assim, da inserção da mídia em um ambiente social e cultural fortemente midiaticizado, em que a midiaticização, de acordo com Hjarvard (2013), tem como preocupação “a mudança estrutural de longo prazo do papel da mídia na cultura e na sociedade, em que a mídia adquire uma maior autoridade para definir a realidade social e os padrões da condição de interação social (2013, p. 3, tradução nossa). As alterações que aí se operam, dizem respeito a uma mudança na própria relação das instituições, em que a mídia não pode ser concebida como descolada de uma série de processos, como a política e a economia, que não estão diretamente no processo de mediação, mas no da midiaticização, capaz de abarcar essa complexidade.

Perspectiva similar, a de Kaun e Fast (2014) afirma ser possível definir a midiaticização em um nível estreito, orientado por abordagens das Ciências Sociais, e outro amplo, de acordo com abordagens dos Estudos Culturais, com diferenças entre ambas, no que tange à ênfase nos

¹¹ “MAIS UM ‘ACERTO DE CONTAS...’” **Metendo Bronca**. Belém: RBATV, 18 fev. 2014. Programa de TV.

¹² PRISÕES DA ORLA DE OUTEIRO. **Metendo Bronca**. Belém: RBATV, 18 fev. 2014. Programa de TV.

efeitos da mídia. Para as autoras, a midiaticização abrange “todos os processos de mudança induzidos ou relacionados com a mudança na paisagem da mídia ao longo do tempo. [...] Também inclui mudanças na ecologia da mídia ligadas às mudanças sociais de longa escala” (2014, p. 12, tradução nossa).

Sobre esse tipo de relação, no âmbito político, podemos destacar hoje a existência da chamada “Bancada da Bala”, no Congresso Nacional, cujos membros são policiais e ex-servidores nos aparelhos de segurança pública, que, se hoje ocupam cargos eletivos, fazem-no devido à projeção midiática da sua ação como policiais, como repressores da violência urbana. Já no âmbito econômico, podemos perceber o constante investimento nos aparatos de segurança diante dos índices crescente de violência, com vistas a proteger o cidadão e sua família. Esta repercussão se faz determinante na consolidação da economia do medo, que visa ao consumo de produtos e serviços relacionados ao âmbito de segurança, já que

A economia do medo vai estimular o consumo de materiais ou serviços que possam proteger o cidadão contra a violência, como: carros blindados, cercas elétricas, alarmes, armas, grades entre outros. [...] Neste sentido, percebemos através das matérias produzidas nas narrativas policiais ou de violência, a presença de uma ‘economia do medo’, em que os impressos paraenses realizam através da violência estetizada nos cadernos polícia, com mensagens que em certa medida, moldam o comportamento do leitor, por exemplo, em relação a frequentar certos locais na capital paraense ou ao consumo de certos produtos mercantis (KABUENGE *et al.*, 2015, p. 5)

Percebemos, assim, que o silenciamento do debate da segurança pública contribui para o crescimento dessa lógica e que a narrativa policial que domina as telas das emissoras televisivas paraenses enfatiza não somente a necessidade de consumir esses produtos e serviços, mas também influencia nos comportamentos citadinos, determinando padrões de frequência dos espaços físicos e geográficos da cidade, horas de movimento, além de restrições e vários cuidados a serem tomados antes de se sair do seu lar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um silenciamento que se exprime no vociferar das narrativas televisivas, um silenciamento que oculta pelo mostrar, vazio que subjaz ao excesso. É nesses termos que compreendemos esse modo de narrar midiático relativo à violência e à segurança pública, no contexto da Amazônia paraense. Algo que se perfaz nesses modelos midiáticos do espetáculo, mas que vai bastante além dele. A negação de debates, a negação da alteridade, a reprodução de violações aos direitos humanos, a superficialização da violência dada a ver. São marcas evidentes na cobertura das narrativas policiais.

Falamos de um ambiente em que a violência é um fenômeno inegável e complexo, com raízes históricas, sociais e institucionais. No qual a segurança pública, como âmbito de gestão pública, como campo organizacional e reflexo de políticas bem articuladas, é ainda incipiente. Ao mesmo tempo em que as compreensões e percepções sociais não abarcam e não são condicionadas a abarcar essas complexidades no contexto brasileiro e no contexto local.

Desse modo, a ação midiática ignora por completo um potencial de agendamento e de difusão de informação qualificada, redundando nos modelos que já eram sólidos mesmo na década de 1990. No Brasil contemporâneo ainda seguem-se apresentando e discutindo-se a violência e a segurança pública como casos de polícia. O silenciamento ocupa de tal modo essa rotina narrativa que já não há espaço para o debate, para falar sobre a realidade social além dos clichês dos mocinhos e dos bandidos, da ordem e da desordem, bem como, em um nível extremo desse maniqueísmo midiático, do bem e do mal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

BACZKO, Bronislaw. **Les imaginaires sociaux: mémoire et espoirs collectifs**. Paris: Payot, 1984.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Alda Cristina. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, Maria Ataíde *et al.* (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204.

FERREIRA JUNIOR, Sergio E. S. Narrativas imagéticas da violência: dramatização da morte na mídia impressa da Amazônia Paraense. **Revista Cambiassu**, São Luís, v. 15, n. 17, p. 201-229, jul./dez. 2015.

FERREIRA JUNIOR, Sergio E. S.; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**, João Pessoa, ano 10, n.11, p. 55-70, nov. 2014.

GOFFMAN, Erving. **Quadros de experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HJARVARD, Stig. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

KABUENGE, Nathan Nguangu *et al.* O corpo acontecimento: as narrativas policiais ou de violência nos cadernos impressos paraenses. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 14., 2015. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015.

KAUN, Anne; FAST, Karin. **Mediatization of culture and everyday life**. Södertörn: Karlstad University Studies, 2014.

MENDONÇA, Kátia. Televisão: da profusão de imagens à cegueira ética. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 179-192, jan./abr. 2013.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 31-51, jul./dez. 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

OLIVEIRA NETO, Sandoval Bittencourt. Quando mais é menos: Crítica aos indicadores de desempenho policial da política de integração da segurança pública no estado do Pará. In: BRITO, Daniel Chaves; BARP, Wilson (Org.). **Violência e controle social: reflexões sobre políticas públicas**. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 91-124.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PORTO, Maria Stela. Violência e representações sociais. In: LIMA, Renato Sergio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 60-70.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim. **Teoria do gatekeeping**: construção e seleção da notícia. Porto Alegre: Penso, 2011.

SAMUEL, Kristopher-Jon; COSTA, Alda Cristina. O popular como construção narrativa nos programas da televisão paraense: Uma análise do programa Balanço Geral-PA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2015. Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2015.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.